



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0006068-63.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Fazenda Pública do Município de São Carlos**
 Embargado: **Alan Cardoso da Silva**

CONCLUSÃO

Em 11 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr.^a **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

VISTOS.

A **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** ajuizou embargos à execução que lhe move **ALAN CARDOSO DA SILVA**, alegando excesso na execução.

O embargado apresentou impugnação às fls. 06, apontando a inocorrência de excesso de execução já que a origem da obrigação decorre de norma processual, não havendo que se falar em solidariedade e acessoriedade.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta acolhimento.

Condenada, juntamente com a Fazenda Estadual, a arcar com a verba honorária fixada em R\$ 300,00, considerando os parâmetros do artigo 20, paragrafo quarto, do Código de Processo Civil, apresentou a Fazenda Municipal, já em fase de execução, os presentes embargos.

A sentença que condenou os entes públicos ao pagamento dos honorários, foi proferida em 29.07.2010 (fls. 146/154 dos autos principais) e confirmada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 16.01.2012 (fls. 208/2012 dos autos principais), tendo transitado em julgado em 10.04.2012, conforme



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

certidão de fls. 216.

Assim, sobre a respeitável sentença, confirmada em Segunda Instância, incidem os efeitos da coisa julgada.

Pois bem, nela ficou consignado (fls. 146/154): “[...] *custas na forma da lei, fixada verba honorária em R\$ 300,00, levando em conta os parâmetros do artigo 20, parágrafo quarto, do CPC*”.

Note-se que a sentença não faz menção à solidariedade com relação à verba, limitando-se a condenar os entes públicos a arcar com a verba honorária fixada em R\$ 300,00. Nesse sentido, estabelece o artigo 265 do Código Civil que “*a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes*”.

Assim, não que há como se presumir a solidariedade entre os condenados. Por outro lado, prevê o artigo 23 do Código de Processo Civil que “*concorrendo diversos réus; os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção*”. Portanto, de acordo com os dispositivos acima citados, deve a verba honorária ser rateada, proporcionalmente, por cada condenado.

Nesse sentido é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ARTIGOS 896 DO CC/1916 E 23 DO CPC. I - O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 23 do Código de Processo Civil, vem entendendo ser inaplicável, em honorários advocatícios, o princípio da solidariedade, salvo se expressamente consignado na sentença exequenda, que restou irrecorrida. II - **Caso não haja menção expressa no título executivo quanto à solidariedade das partes que sucumbiram no mesmo pólo da demanda, vige o princípio da proporcionalidade, nos termos do artigo 896 do Código Civil/1916** (atual artigo 265 do Código Civil atual). III - Assim, inaplicável o princípio da solidariedade na condenação em custas e honorários advocatícios, pois o artigo 23 do Código de Processo Civil é taxativo: “Concorrendo diversos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção." Recurso especial parcialmente provido. (RESP 489369/PR, Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, J. em 01/03/2005). (grifei)

Ante o exposto, correto o valor apontado pela embargante, razão pela qual julgo PROCEDENTE o pedido e determino que a execução prossiga, quanto à verba honorária, pelo valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**